



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)
ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e Memória
Comunicação Oral

***CESTAS DA MEMÓRIA: IDENTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
FOTOGRAFICOS DO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO
HORIZONTE, COM O APOIO DE VOLUNTÁRIOS IDOSOS¹***

***MEMORY BASKETS: IDENTIFICATION OF PHOTOGRAPHIC
DOCUMENTS FROM THE PUBLIC ARCHIVE OF THE CITY OF BELO
HORIZONTE WITH THE SUPPORT OF ELDERLY VOLUNTEERS***

Ivana Denise Parrela, UFMG
ivanaparrela@ufmg.br

Resumo: O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte foi criado em 1991. O município contava com um serviço de registro fotográfico de seu crescimento e administração desde o seu planejamento, mas não havia uma política de identificação de fotografias nos órgãos municipais. Para dar conta de tratar desses documentos após o recolhimento, o Arquivo Público da Cidade concebeu o projeto “Cestas da Memória”, para identificar as imagens, contando com o apoio de idosos voluntários, trabalho inspirado no “Chá da Memória”, do Arquivo Público do Distrito Federal, na década de 1990. Esta comunicação pretende fazer um relato da metodologia desenvolvida para o trabalho, analisar as dificuldades enfrentadas em sua implantação e apresentar alguns dos resultados obtidos nos dez primeiros anos de seu desenvolvimento e as possibilidades de uso dessa metodologia por outros arquivos.

Palavras-chave: Arquivologia. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Descrição Arquivística. Acervo fotográfico. Idoso.

Abstract: The public archive of the city of Belo Horizonte was established in 1991. The county had a photographic register service of its growth and management since its planning, although there was no policy for the identification of photographs in the municipal institutions. In order to treat these documents after their collection the Public Archive of the City conceived a project named "Memory Baskets" in order to identify the pictures counting with the support of elderly volunteers, which was inspired on another project from the Public Archive of the Federal District called "Tea of Memory" in 1990. This communication aims at producing a narrative of the developed methodology of this work, analyze the issues in its implementation and present the results obtained in its initial years of development and the possibility of using this methodology in other archives.

¹ O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

Keywords: Archival Science. Public Archive of the City of Belo Horizonte. Archival description. Photographic collection. Elderly.

1 INTRODUÇÃO

A Capital do estado de Minas Gerais, região Sudeste do Brasil, foi planejada e construída nos últimos anos do século XIX (1894-1897). Idealizada como cidade moderna e republicana, já possuía na estrutura de sua Comissão Construtora um Gabinete Fotográfico. Desde os primeiros anos de seu planejamento, o registro fotográfico de seus progressos exerceu grande fascínio sobre seus administradores, mas não garantiu o zelo pelos acervos fotográficos constituídos.

O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), hoje, subordinado à Fundação Municipal de Cultura, só foi criado em 1991, com a responsabilidade de realizar o gerenciamento e a racionalização da produção documental produzida e acumulada pela municipalidade e de zelar por sua organização, preservação e difusão como patrimônio documental de Belo Horizonte.

O acervo do APCBH é constituído, basicamente, por registros textuais, cartográficos e audiovisuais produzidos desde 1894 e que sobreviveram a mais de quarenta anos de guarda inadequada, já que a cidade possui 117 anos e o Arquivo apenas 24 anos. Até meados do século XX, a cidade possuiu um arquivo municipal, que viria a ser extinto, lentamente, até desaparecer da estrutura administrativa, com identidade própria, nos anos de 1960. Com isso, boa parte da documentação que deveria constituir o acervo do APCBH se perdeu ou não teve o registro adequado sobre a sua produção. No caso das fotografias, isso tornava a disponibilização das imagens para os usuários mais lenta, pois havia pouca informação registrada sobre as fotografias que foram recolhidas, mesmo considerando que boa parte delas tinha sido feita depois de 1950.

A partir de 1993, o APCBH intensificou o recolhimento de grandes massas documentais acumuladas em vários órgãos da administração municipal. Interessa-nos destacar neste artigo o número considerável de registros fotográficos da cidade produzidos pelos órgãos de comunicação da Prefeitura, mas que chegaram ao Arquivo por meio do órgão responsável pelo turismo. Eram grandes lotes, que totalizavam cerca de 200 mil imagens, que chegaram com pouca ou nenhuma identificação. O grande problema é que a maioria –

195.442 – era constituída de negativos (em formatos 6cm x 6cm e 3mm) que não podiam ser facilmente identificados e tampouco oferecidos aos usuários naquele suporte.²

De sua criação até sua instalação na sede atual, em 1995, o Arquivo passou por três endereços. Assim, pode-se considerar que somente a partir do final de 1995 é que a instituição contava com consultas regulares ao seu acervo em sua sala de consultas.

A partir de 1996, as buscas pelo acervo do Arquivo se intensificaram em função não apenas da melhor estrutura física de atendimento aos usuários, mas, especialmente, da aproximação das comemorações do primeiro centenário da cidade, em dezembro de 1997.

Nesse contexto, a principal demanda era por fotografias que registrassem as mudanças da cidade em seus cem anos. Aquelas mais oferecidas ao público naquele período eram de uma coleção particular adquirida pelo município de um fotógrafo, que, na realidade, incorporava acervos de diversos outros, mais antigos, muitas vezes, sem os devidos créditos.³

Por acreditar que um arquivo municipal deveria ser um espaço público mantido não só para cuidar da preservação e do tratamento dos documentos, mas também para oferecer acesso gratuito e qualificado a estes acervos a todos os interessados, desde os primeiros anos de sua organização, o APCBH buscou investir em atividades para públicos com perfis diferentes, de forma a fazê-los se sentirem donos do patrimônio sob a sua guarda. Além disso, o novo Arquivo tentava criar para si a imagem de um arquivo moderno.⁴

2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Desde as primeiras discussões sobre sua criação, a ideia era adotar novas metodologias, especialmente no que tange à gestão de documentos e às ações culturais. Para tanto, os anos iniciais do APCBH foram marcados por intensas pesquisas, desenvolvidas por seus funcionários, efetivos ou contratados, sobre: legislação municipal, evolução da estrutura administrativa da Prefeitura, gestão dos prefeitos e ideias que pudessem auxiliar na constituição do Arquivo e de seus serviços. Assim, os técnicos do APCBH identificaram um trabalho desenvolvido pelo Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), em Brasília, Capital

² Para mais dados sobre este acervo, cf.: MIRANDA, T. H. C. A trajetória e o tratamento destinado aos negativos 35 mm do acervo ASCOM. *Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*, n. 2, p. 98-111, fev. 2015. Disponível em:

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=106177&pIdPlc=&app=salanoticias>. Acesso em: 1 jul. 2015.

³ Coleção entendido neste artigo como "reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica comum." (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 17). Cf. Acervo APCBH. Coleção José Góes. C. 13.

⁴ Apenas a título de exemplo dessas pretensões, um grande evento antecedeu à criação do APCBH e, não por acaso, se chamou: Seminário "Bases para implantação de um arquivo moderno". (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, 1990).

do País, também planejada e construída em meados do século XX. Mesmo construída há tão pouco tempo, o arquivo da Capital brasileira apresentava um problema muito parecido com aquele enfrentado por Belo Horizonte: as fotos mais antigas do seu acervo haviam sido recolhidas com pouca ou nenhuma descrição. O ArPDF criou, em 1994, o *Chá da Memória*, evento que reunia idosos que haviam participado da construção da cidade e que ajudariam na identificação do acervo, na época, composto por cerca de 500 mil imagens. De acordo com a publicação de um relato sobre o trabalho de 1996 (ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL - ArPDF, 1996), a expectativa era conseguir atingir naquele ano 60% de descrição das imagens. No entanto, o mesmo texto reconhecia que entre agosto de 1994 e outubro de 1995 apenas 1.765 imagens tinham sido analisadas nas reuniões e que destas 944 não haviam sido identificadas (ArPDF, 1996, p. 13). O número não foi considerado significativo em vista dos investimentos exigidos. Outro ponto desestimulante foi o custo de positivação das fotos para identificação por um público idoso, muitas vezes, já com capacidade de visão reduzida. O ArPDF possuía um laboratório fotográfico, investimento considerado inviável naquele momento para o APCBH.

Em 1996, o APCBH elaborou a primeira versão de um projeto (APCBH, 1996) baseado na experiência de Brasília. Quinzenalmente, nas tardes de sexta-feira, idosos se reuniam para identificar imagens. Depois, em torno de uma mesa de café e “cestas” de guloseimas, os voluntários e técnicos experimentavam um momento descontraído, regado a boas recordações da cidade. Para dar início à identificação das imagens do acervo, a primeira versão projeto previa o exame de cerca de 6 mil imagens positivadas.

No entanto, as autoridades superiores do Arquivo não consideraram o projeto exequível. Apresentado nas propostas orçamentárias de 1997 a 2000, ele só foi aprovado em 2002, para iniciar em 2003. Dentre os empecilhos apontados, citavam-se: dificuldade para trabalhar com “velhos”, responsabilidade de tirá-los de suas residências sem acompanhantes e responsabilidade de servir comida e bebida a pessoas que poderiam ter restrições em suas dietas.

2.1 DE VELHO CONVIDADO A VOLUNTÁRIO IDOSO

As (des)motivações apontadas para a não implementação do projeto revelavam, no entanto, completo desconhecimento do público-alvo do projeto: o idoso. Um dos argumentos usados para sua aprovação, em 2002, ia justamente nessa direção. Entre 1995 e 1996, a então Secretaria Municipal de Cultura (SMC), hoje uma fundação, ou seja, um órgão de administração indireta do município, havia feito o *1º Diagnóstico da área cultural de Belo*

Horizonte (SMC, 1996), que deveria balizar os investimentos do Poder Público na área. Um dos primeiros pontos a se destacar na pesquisa foi que o público pesquisado ia dos 15 aos 45 anos, dividido em grupos que consideravam salário e grau de instrução, com base nas metodologias tanto quantitativas como qualitativas da pesquisa (SMC, 1996, p. 15). Encarados como consumidores no trabalho, os moradores da cidade tinha um perfil caracterizado, basicamente, como:

[...] 59,2% nasceram em Belo Horizonte. Mais de 95% não participa de nenhum partido político, sindicato ou associação de bairro. Mais de 70% da população exerce atividade remunerada. (...) O tempo médio de moradia em Belo Horizonte é de 23 anos. (...) Os homens possuem renda individual 15 % mais elevada que as mulheres. Mais de 65 % cursou escolas públicas (SMC, 1996, p. 36).

Os dados apresentados desconsideravam tanto as crianças como os idosos. Isso, de certo modo, explica a inexistência de propostas para o público acima de 65 anos. A faixa etária não era considerada consumidora de bens culturais, por isso não era vislumbrada como alvo das ações da SMC.

Na versão aprovada do projeto e executada a partir de 2003, esses aspectos foram destacados como distintivos do projeto em um novo contexto: a Fundação Municipal de Cultura não desenvolvia nenhuma ação cultural voltada para o idoso, o que seria inovador em um momento de emergência dos debates sobre o papel dos idosos na sociedade. Desde 1997, tramitava no Congresso um projeto de lei que versava sobre a criação do Estatuto Nacional do Idoso (BRASIL. Presidência da República, 2003), aprovado em setembro de 2003, que foi o “Ano Nacional do Idoso”. Na realidade, essas discussões eram tributárias de ampla discussão internacional sobre o envelhecimento e os direitos de idosos (BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, 2003). Outro aspecto inovador consistia em tratar o idoso não mais como convidado, mas como voluntário.

O ano de 2001 havia sido o “Ano Internacional de Voluntariado”. Como o debate internacional promovido pelas Nações Unidas havia estimulado o comprometimento do Poder Público, mediante a inclusão do idoso, as questões relativas ao voluntariado continuavam na ordem do dia.⁵

⁵ Um dos exemplos do debate no Brasil sobre o tema pode ser encontrado no texto “*Para o Brasil dar certo... Faça parte, faça sua parte*”. Disponível em: <http://www.voluntariado.org.br/sms/files/col_educar_01.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2015.

Ao contrário do esperado pela SMC, o projeto, quando de seu lançamento, teve uma enorme repercussão na mídia, de forma espontânea. O convite para que voluntários se cadastrassem foi notícia no maior telejornal do País, em agosto de 2002, como a opção de trabalhos voluntários para idosos e a inclusão cultural na série *Brasil Bonito*, da Rede Globo de Televisão. Além disso, no mesmo período os três maiores jornais do estado de Minas Gerais fizeram reportagens de capa em seus cadernos de Cultura⁶ sobre a ideia.

A partir dessa ampla divulgação, nos anos seguintes o APCBH procurou desenvolver parcerias com instituições e jornais para divulgar os eventos. Em fins de agosto de 2005, após realizar uma nova reportagem de página inteira sobre o projeto (REZENDE, 2005), o jornal *Hoje em Dia*, começou a publicar fotos com alto grau de dificuldade de identificação para demonstrar os problemas enfrentados pelo Arquivo e solucionados pelos voluntários durante todo o mês de setembro. A ideia era fazer um desafio: “Você reconhece estas imagens?”⁷ e, na semana seguinte, uma reportagem com os identificadores das fotos e o mesmo local naquele momento. Eram fotos com ruas sendo abertas, apenas com as fiações elétricas ou canalizações de água e esgoto sendo implantadas. Num desses exemplos havia um técnico da Prefeitura trabalhando e um cão. No dia seguinte, três membros da mesma família ligaram para o Arquivo, separadamente, identificando o funcionário e, inclusive, o animal.

O acelerado processo de transformação do espaço urbano de Belo Horizonte verificado nas últimas décadas descaracterizou imóveis, traçados e itinerários de logradouros públicos. Em função da faixa etária dos técnicos do APCBH e de suas origens⁸, além dessa grande transformação do espaço urbano, a equipe da instituição enfrentava sérias dificuldades para identificar locais, eventos, imóveis, logradouros e outros elementos veiculados nas fotos.

Para cumprir sua função de dar acesso qualificado à documentação sob sua guarda, era necessário que o Arquivo identificasse as imagens, reunindo informações mínimas que permitissem a realização de uma indexação capaz de recuperar o documento, mediante índice de pessoas, locais e demais elementos.

Além de cumprir a sua função primordial, os arquivos devem assumir um papel ativo no seio da sociedade e agir de forma a atrair os cidadãos, apresentando-lhes projetos diferenciados e colocando-se a serviço de um público não especializado mais amplo. Para tal, é indispensável que os arquivos utilizem estratégias adequadas para oferecer serviços

⁶ Em termos comparativos, tamanha mídia espontânea equivaleria naquele ano ao custo do maior evento cultural realizado pelo município: um Festival Internacional de Arte Negra, com vários convidados internacionais. O que em números atuais deveriam representar um milhão e meio de reais.

⁷ As imagens começaram a ser publicadas no dia 4 de setembro daquele ano.

⁸ Boa parte dos envolvidos no trabalho de descrição não nasceu na cidade e tinha menos de 40 anos quando o projeto *Cestas da Memória* teve início.

realmente diferentes daqueles que realiza tradicionalmente, por exemplo, atendimento a pesquisas e exposições, e sejam capazes de atingir e sensibilizar os diferentes públicos, a fim de difundir e valorizar a dimensão científica e cultural dos arquivos. Iniciativas dessa natureza, além de atrair um tipo de público que, por desconhecimento, nunca vai ao arquivo, ajudam a reforçar a defesa dos valores de uma região.

O *Cestas da Memória* tem como um de seus objetivos valorizar o público de terceira idade e atraí-lo ao Arquivo, ao contar com a memória dessas pessoas para identificar e descrever fotos antigas de Belo Horizonte e possibilitar a troca de experiências e informações em seu espaço de consultas.

O *Cestas da Memória* foi idealizado como uma das atividades do Programa de Difusão Cultural do APCBH, visando atender idosos de todas as regiões da cidade e área metropolitana interessados em prestar trabalho voluntário na identificação das imagens do acervo do Arquivo. Apesar de a cidade ser uma das maiores capitais do País, na época da concepção do projeto e do estudo de sua viabilidade, um dos dados que mais salientou foi a ausência na área da Cultura de iniciativas promovidas pelo município para a população idosa. Também não foram localizadas outras iniciativas de trabalho voluntário de idosos fora das áreas de Saúde e Educação. Várias atividades de lazer foram identificadas, promovidas por órgãos tanto públicos como privados, mas nenhuma delas buscava valorizar a memória e os conhecimentos dos idosos.

Foi possível perceber que os números de usuários idosos no Arquivo eram insignificantes até 2002, representando menos de 5% do total de visitantes e consulentes. Na Europa, os estudos de usuários, normalmente, apontam um grande número de idosos nos arquivos fazendo pesquisa genealógica. Belo Horizonte foi uma cidade planejada há pouco mais de cem anos, e por isso este tipo de pesquisa não exercia grande atração.

Quando a instituição aparecia na mídia em razão da realização de algum tipo de evento (exposições, palestras, seminários, etc.), crescia o número de visitas dos idosos ao Arquivo tanto para os eventos como para o oferecimento de acervos pessoais. Muitas vezes, esses usuários chegavam à procura de uma exposição que contasse a história da cidade “em seu tempo”, como costumavam dizer, ou queriam ler periódicos antigos ou documentos que refletissem sua vida profissional. Para esses casos, o APCBH que não tinha nada preparado para atender às expectativas desse segmento de público.

2.2 DISCUSSÃO E ANÁLISE DA METODOLOGIA DO *CESTAS DA MEMÓRIA*

A metodologia proposta originalmente reproduzia as etapas da experiência brasiliense (APCBH, 1996, p. 2-3): a) listagem de pessoas convidadas; b) contato prévio de apresentação do projeto e verificação da possibilidade de participação do convidado; c) seleção da documentação a ser trabalhada e elaboração de planilha para identificação das imagens; d) identificação dos funcionários participantes que seriam envolvidos no acompanhamento de cada convidado e no treinamento (a princípio, pensou-se em contar com seis convidados por evento e seis técnicos, além do coordenador da atividade, sendo que após cada reunião haveria, ainda, um trabalho de responsabilidade dos técnicos do Arquivo); e) descrição final das imagens, com os devidos créditos; f) avaliação da sessão; e g) marcação e preparação da reunião seguinte, superando eventuais limitações do trabalho realizado ou, mesmo, apontando outras possibilidades, por meio de pesquisa complementar.

A divulgação do projeto foi feita por meio de fôlderes e convites para reuniões, distribuídos nas nove regionais da administração municipal e em unidades da prefeitura, instituições e associações de terceira idade (como o Projeto Cabeças de Prata, do Minas Tênis Clube). Além da distribuição de *releases* para a imprensa em geral, procurou-se atingir outras mídias, como o *Jornal do Ônibus*, publicação semanal, que é afixada em todos os veículos de transporte coletivo da cidade, ou o *Jornal da Associação de Servidores da PBH*, que congrega grande número de aposentados. Estimulados pelo convite e pela boa receptividade que o projeto teve na imprensa, os interessados em participar entraram em contato com o APCBH. E, assim, foram feitos os cadastros de pessoas interessadas e a seleção dos participantes para cada evento.

Inicialmente, cadastraram-se voluntários que tinham um perfil comum: conhecedores de algum aspecto da cidade. Eles poderiam ser naturais da cidade ou residentes há muito tempo. Dessa amostra, interessavam especialmente os funcionários públicos municipais aposentados. Após o cadastro dos primeiros 40 voluntários, começou o processo de agrupamento para as reuniões de 2003, com base em sua experiência profissional ou nas áreas de interesse definidas pelos voluntários.

Atualmente, com certa regularidade, são promovidos eventos às sextas-feiras, a cada quinze dias, no período da tarde, com uma média de cinco convidados. No início de cada sessão, nos primeiros anos, eram oferecidas fotos positivadas. No entanto, pouco a pouco, a visualização das fotografias digitalizadas na tela dos computadores tem crescido, já que a digitalização dos negativos se mostrou a forma mais eficaz de promover a identificação. Com

a orientação dos técnicos, os participantes trocam ideias sobre a imagem, comentando sobre seus conteúdos. Em planilha específica, são anotadas as observações sobre cada uma das imagens.

Os convidados para cada reunião são selecionados com base em suas afinidades com o assunto do conjunto de documentos fotográficos escolhidos para o encontro. Um carro da Fundação Municipal de Cultura (antiga SMC) busca o convidado e o leva de volta. Ao chegar ao Arquivo, um funcionário e/ou estagiário o acompanha, o qual, após se identificar, senta-se ao lado do convidado e anota as descrições feitas sobre cada imagem. As imagens giram, e em cada ficha ganham informações complementares.

No início de cada sessão com novos convidados, os técnicos fazem uma apresentação da instituição, de seu acervo e de suas atividades, além do projeto em questão. Ao final, é oferecido aos convidados um lanche de conagração.

Seguindo as definições de prioridades do Programa de Tratamento do Acervo Fotográfico do APCBH, que iniciou a digitalização das imagens do Arquivo pelo fundo Assessoria de Comunicação, como projeto piloto, os trabalhos de identificação também começaram com as imagens proveniente deste fundo.

As fotografias identificadas a cada edição do *Cestas da Memória* são revistas pela equipe técnica de identificação na semana posterior ao evento. Isso permite avaliar a consistência das informações fornecidas pelos participantes e incluí-las, ou não, nas fichas de identificação definitiva do documento fotográfico oferecida aos usuários. No intervalo entre as reuniões, também se realiza a seleção de novos lotes de fotos para a identificação.

As reuniões acontecem na Sala de Pesquisa do APCBH, localizada no segundo piso do edifício. A falta de elevador no Arquivo, infelizmente, foi um fator limitador para o convite de voluntários com mobilidade reduzida nos dez primeiros anos da atividade. A sala conta com três computadores, que são utilizados para a identificação das imagens em meio digital, uma mesa redonda grande, que torna a dinâmica de identificação mais ágil, e duas mesas de apoio para o café, ao final de cada encontro.

A equipe do Arquivo envolvida no projeto, normalmente, é composta de quatro técnicos e três estágios. Em média, cinco pessoas da equipe participam das sessões com os convidados. Além disso, durante os intervalos entre as reuniões procede-se à seleção das imagens, para sua identificação. Depois de cada sessão, realizam-se a checagem das descrições feitas, a digitação e a conferência dos dados. As fichas de descrição das fotos trazem os nomes dos voluntários que contribuíram para sua identificação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia adotada pela equipe técnica do Arquivo foi aperfeiçoada com as sugestões recebidas dos grupos que participam dos trabalhos como voluntários e outros parceiros importantes, como as universidades. Por exemplo, foi sugerida a volta das fotos mais difíceis da semana no evento seguinte, para conferir se apareceria alguma informação complementar, que, normalmente, é lembrada nesse meio tempo. Isso tem contribuído para uma melhor qualidade da identificação do acervo como um todo.

O projeto previa a realização de duas reuniões mensais, preferencialmente, às sextas-feiras, com cerca de duas horas dedicadas à identificação das imagens, seguidas de um momento de confraternização entre os voluntários e os técnicos do Arquivo. Entrariam aí as “cestas” de biscoitos e o café, criando-se um espaço mais lúdico para a troca de experiências e a memória. Esta parte dos encontros tem se mostrado bastante rica para a compreensão da lógica de produção e acumulação de outros fundos do Arquivo. Em 2005, para a elaboração de um guia de fontes sobre o bairro da Pampulha no acervo fazendário do APCBH, os técnicos puderam lançar mão dos conhecimentos dos voluntários não só para compreender o processo de construção e uso do conjunto arquitetônico como também para entender a lógica da organização dos livros desse fundo.

A expectativa era de identificar cerca de 20 até 40 imagens por encontro contando 5 voluntários e 5 técnicos. As imagens escolhidas para cada reunião eram selecionadas de acordo com os interesses apontados pelos idosos na hora do cadastro. Após a realização das três primeiras sessões, foi necessário redimensionar o acervo a ser identificado, pois compreendeu-se que os técnicos haviam subestimado a capacidade de trabalho dos voluntários, prevendo a identificação de no máximo 40 fotos por evento, tendo se chegado a uma média 200 fotos descritas por sessão.

O projeto *Cestas da Memória* é um ótimo exemplo de parceria com a comunidade para a solução de um problema comum. Se o acervo que o Arquivo guarda necessita de tratamento para sua apropriação pela população, é exatamente isso que a participação dos voluntários disponibiliza na descrição dos documentos fotográficos.

Há que considerar, ainda, a importância do trabalho de valorização da memória e das experiências dos idosos voluntários neste tipo de atividade. Ao procurar enfatizar que todas as lembranças da cidade são válidas, o trabalho consegue reunir em um mesmo encontro ex-garis e ex-engenheiros sanitaristas, por exemplo, que oferecem diferentes ângulos de abordagem e de conhecimentos sobre as transformações urbanas e as políticas públicas da cidade. Também cumpre sublinhar a importante incorporação dos dados oferecidos nesse trabalho de

identificação do acervo fotográfico no tratamento de outras tipologias documentais do Arquivo indiretamente pela participação de técnicos da casa, que ganham um olhar cada vez mais apurado para o efetivo funcionamento da administração municipal em outros tempos.

Um importante aspecto distintivo do trabalho desenvolvido pelo arquivo de Belo Horizonte em relação ao de Brasília diz respeito à capacidade de uso da metodologia da história oral. O ArPDF, quando iniciou as atividades de identificação de imagens com os voluntários idosos, já desenvolvia um projeto de entrevistas com boa parte daqueles que iriam contribuir para o projeto de descrição de imagens, pois havia uma proximidade maior entre a construção da Capital Federal e o início dos trabalhos daquele Arquivo. No caso do APCBH, a maior parte do acervo fotográfico a ser identificado era datada dos anos de 1950 em diante, mas a estrutura mais enxuta do Arquivo e a maior massa documental em outros suportes a ser tratada – com quase cem anos – não permitiam que o investimento em entrevistas fosse priorizado nos primeiros anos de atividade.

A equipe do APCBH sempre demonstrou ter consciência da importância da gravação dos debates que surgem durante o processo de descrição do acervo para a história da cidade. No entanto, apesar de o *Cestas da Memória* ser o trabalho com maior visibilidade do Arquivo, em sucessivas avaliações de seus gestores ainda não foi possível priorizar a história oral em detrimento de suas outras atividades, como se apresentar como uma instituição arquivística moderna, que realiza a gestão de documentos, que trata os acervos que chegam quase todos os dias e que oferece acesso a eles. No entanto, instituições parceiras do Arquivo, como a Câmara Municipal, já se dispuseram a patrocinar tais investimentos.

O início das atividades do projeto permitiu não só aumentar o número de usuários idosos, como também divulgar as ações da instituição como um todo. Infelizmente, não se dispõe de dados atualizados sobre este tipo de repercussão para o trabalho, sendo que o único censo cultural da cidade foi feito em 1996, mas acredita-se que o *Cestas da Memória*, juntamente com as ações de Educação Patrimonial, tem contribuído para permitir maior aproximação do Arquivo com a população.

O *Cestas da Memória* vem contando ao longo desses anos com o apoio da Secretaria de Assistência Social e de seus núcleos regionais, além das instituições privadas de assistência aos idosos na divulgação do projeto e, até mesmo, de pessoas físicas interessadas na qualidade de vida do idoso. Cita-se como exemplo a participação voluntária de um geriatra nas atividades de identificação das fotos, desde 2004, ajudando a aperfeiçoar a dinâmica do trabalho por meio de discussões médicas sobre a memória e o esquecimento.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV), em 2004, buscou maiores informações para adotar a metodologia para a descrição de seu acervo. Para facilitar a troca de experiências, foi construída uma parceria entre o APCBH e o Arquivo daquela Universidade, que promoveu o intercâmbio de estagiários do Curso de História, os quais trabalhariam no projeto da UFV, nos meses de janeiro e julho, nos dois anos seguintes à adoção da metodologia. Nos anos seguintes, as reuniões do projeto receberam várias visitas de outros grupos de profissionais interessados em adequar a proposta às suas necessidades de descrição de acervo, como a Universidade Federal de Uberlândia e a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Isso demonstra a possibilidade de aplicação da metodologia desenvolvida a outros casos que não apenas em arquivos municipais.

Os participantes do *Cestas da Memória*, desde o primeiro ano, relatam que a iniciativa valoriza e reconhece a memória e a experiência profissional de cada participante. Um exemplo pode ser encontrado nas entrevistas concedidas pelos participantes aos jornais. Como da dona de casa Maria da Conceição Moraes, de 84 anos, que afirma que “é um trabalho gratificante, que não dever ser interrompido nunca. Além de ajudar aprendemos muito.” (REZENDE, 2005, p. 16). Ou, do responsável pela nomeação dos servidores da Prefeitura, entre 1960 e 1990, Albes Pereira Cláudio, 83 anos, um dos voluntários mais participativos nos dez primeiros anos do projeto: “já passaram por minhas mãos documentos de milhares de pessoas que ocuparam cargos públicos. Só de ver a foto, eu lembro o nome completo e, às vezes, até a letra da assinatura. Fico feliz com a lembrança de gente com quem convivi por décadas” (TUPINAMBÁ, 2007, p. 22). Isso foi apontado como um dos grandes méritos do projeto. A comunidade local e a cidade, ao reconhecerem a validade de tais iniciativas, também se apropriam do Arquivo e do seu acervo como um espaço público da cidade aberto às pesquisas e usos de diversos perfis de usuários.

As descrições apresentadas para as imagens vêm sendo refinadas a cada encontro. Uma das estratégias para estimular os participantes é sempre contar com a presença de um voluntário que já tenha participado de outras reuniões, para estimular a memória dos demais. Também se procurou reunir antigos colegas de trabalho, como forma de estimular as lembranças. A melhor experiência nesses casos se deu com a reunião de quatro antigos fotógrafos da prefeitura. Afinal, boa parte do acervo havia sido produzida por eles. Mas, até mesmo os encontros familiares aconteceram: os primos e engenheiros sanitaristas, Newton Vianna, 84 anos, e Dalmo Cruz Vianna, de 78 anos, afirmaram se divertir e se emocionar com as antigas imagens. Newton Vianna diz:

Participei da construção da maioria das redes de água e esgoto da capital e reconheço as obras no primeiro olhar. Na última sessão, me emocionei ao ver a foto de um jantar [na qual os primos estavam presentes] que os engenheiros ofereceram ao prefeito Aminthas de Barros. São tantos amigos que já se foram e outros que perdemos o contato (TUPINAMBÁ, 2007, p. 22).

A iniciativa garante a descrição mais rápida e precisa das imagens. Para identificar cerca de 40% do conteúdo do mesmo volume de imagens já descritas pelos voluntários, a equipe do APCBH gastaria pelo menos o dobro do tempo em pesquisas. Vale destacar que as descrições feitas pelos voluntários, normalmente, dão conta de mais de 70% do conteúdo das imagens. Em alguns casos, como dos engenheiros citados acima, a identificação das imagens chega a 100%.

Além disso, vários antigos funcionários da prefeitura acabam trazendo cópias de documentos, que foram guardados em seus arquivos, e que na falta dos originais, preenchem importantes lacunas no acervo do APCBH.

Embora em escala de pequenos grupos, a iniciativa promove ainda o debate sempre promissor entre os voluntários de terceira idade e os jovens estagiários, valorizando a experiência e os conhecimentos dos mais idosos, na medida em que o projeto divulga e qualifica o acervo do Arquivo Público da Cidade, apresentando-o com uma carga de informações mais densa e precisa, fundada na memória daqueles que viveram as situações ou percorreram os espaços representados nas imagens do seu acervo.

De outra parte, as fotografias, ao longo dos anos de execução do *Cestas da Memória*, também ganharam um tratamento muito especial nos trabalhos do APCBH, pois desde 2001 o tratamento dos acervos fotográficos vem sendo privilegiado não só em sua política de descrição como também nos investimentos em conservação (APCBH, 2001).⁹

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE (APCBH). **Cestas da Memória**. Belo Horizonte: Serviço de Pesquisa e SMCInformação Cultural; Serviço de Arquivo Permanente Cultural, 1996. 3 p. (mimeo.)

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE (APCBH). **Projeto de conservação preventiva do acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2001.

⁹ Desde 1999, o projeto obteve financiamentos em dois editais do Programa de *Apoio al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos* (Programa ADAI) para montagem de depósito audiovisual e sua conservação.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. **Chá da Memória**: um projeto para identificação de documentos fotográficos. Brasília: ArPDF, 1996. (Cadernos de Pesquisa, n. 3). 16 p.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, D.F., 3 out. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 3 jul. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. **Plano de ação internacional sobre o envelhecimento**. Brasília, D.F.: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. Disponível em: <http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2015.

CAMARGO, A.M.A.; BELLOTTO, H.L. Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996. 142p.

REZENDE, J. Preciosidades enchem “Cestas da Memória”. **Hoje em Dia**, Belo Horizonte, 27 ago. 2005. Caderno Minas, p. 16.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (SMC). **1º Diagnóstico da área cultural de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: SMC, 1996. 174 p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Seminário “Bases para implantação de um arquivo moderno”**. Belo Horizonte: APCBH; PBH, 1990.

TUPINAMBÁ, G. Protetores da memória. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 22 jan. 2007. Caderno Gerais, p. 22.